

ARTIGO

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E WILSON MARTINS NOS DEBATES SOBRE A DEMOCRACIA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA (1948-1951)¹

MARCO ANTÔNIO MACHADO LIMA PEREIRA

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Grajaú.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8010-3995>

RESUMO: A proposta do artigo é analisar a participação de Sérgio Buarque de Holanda e Wilson Martins no comitê internacional convocado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para debater os diferentes significados atribuídos à noção de democracia. Parte relevante de nossa proposta consiste em abordar os embates entre os dois intelectuais brasileiros a partir dos artigos publicados por Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1949-1951, do livro de Wilson Martins, intitulado *Introdução à democracia brasileira* (1951), e das reflexões oriundas do simpósio *Democracy In World Of Tensions*, realizado em 1951.

PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Buarque de Holanda; Wilson Martins; UNESCO; democracia; pós-guerra.

¹ O presente artigo é resultado das discussões do 1º Seminário Interno (out./2022) realizado entre os membros da equipe de pesquisa do projeto “Sob o signo da diversidade: o protagonismo latino-americano nos debates da UNESCO”, contemplado pelo Edital Universal nº 18/2021, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA AND WILSON MARTINS IN THE DEBATES ON DEMOCRACY AFTER THE SECOND WORLD WAR (1948-1951)

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the participation of Sérgio Buarque de Holanda and Wilson Martins in the international committee convened by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) to discuss the different meanings attributed to the notion of democracy. A relevant part of such proposal is to approach the clashes between the two Brazilian intellectuals from the articles published by Sérgio Buarque de Holanda between the years 1949-1951, the book by Wilson Martins, entitled Introduction to Brazilian Democracy (1951) and reflections from the symposium Democracy In World Of Tensions, held in 1951.

KEYWORDS: Sérgio Buarque de Holanda; Wilson Martins; UNESCO; democracy; postwar.

Recebido em: 23/06/2023

Aprovado em: 05/09/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p285-316>



Introdução

A guerra foi uma experiência crucial na vida de milhões de europeus. Ao final da chamada Grande Guerra, que ocorreu entre agosto de 1914 e novembro de 1918, o mapa político da Europa sofreu uma profunda transformação, com a queda de alguns dos grandes impérios e o surgimento de novos países. Da guerra saíram também o comunismo e o fascismo, duas novas ideologias que se enfrentaram com resultados brutais na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No intervalo entre a primeira guerra e o início da segunda, ocorreram pequenas guerras entre Estados europeus, conflitos revolucionários e contrarrevoluções muito violentas e várias guerras civis (Casanova Ruiz, 2004, p. 109).

Os dados que mostram o retrocesso democrático e o caminho em direção a regimes ditatoriais são evidentes: em 1920, dos vinte e oito Estados europeus, todos menos dois (a Rússia bolchevique e a Hungria do ditador de direita Horthy) podiam ser classificados como “democracias”, com sistemas parlamentares e governos eleitos, presença de partidos políticos e garantias mínimas de direitos individuais. No início de 1939, mais da metade, incluindo Espanha, haviam sucumbido ante ditadores. Sete das democracias que restavam foram desmanteladas entre os anos 1939-40, depois de invadidas pelo exército alemão e incorporadas a nova ordem nazista, com França, Holanda ou Bélgica como exemplos mais significativos. No final de 1940, apenas cinco democracias permaneciam intactas: o Reino Unido, Irlanda, Suécia, Finlândia e Suíça (*Ibid.*, p. 114).

A Segunda Guerra Mundial foi o resultado de quase um século de violência crescente entre as potências europeias dentro e fora do continente. Em resumo, foi um conflito militar provocado pelas ambições imperiais de Hitler e, igualmente, um acerto de contas levado a cabo por nacionalistas radicais que queriam rever à força o tratado de Versalhes. O saldo de cerca de 40 milhões de mortos superou não só as milhares de vítimas das guerras franco-prussiana, Boer ou dos Balcãs, como também as milhões de baixas da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil russa (Mazower, 2018, p. 249).

A intensidade do sofrimento e da destruição que atingiu particularmente os civis durante seis anos acabou transformando profundamente as sociedades europeias. Os programas de extermínio dos

nazistas, por exemplo, ameaçaram grupos étnicos e nacionais inteiros. De modo que a reconstrução após o fim da guerra acabou sendo uma tarefa muito diferente da realizada nos anos 1920, pois as baixas da guerra provocaram fissuras enormes no tecido social e material, criando memórias amargas, sentimentos de raiva e impondo novos desafios (*Ibid.*, p. 250).

Em seu primeiro ano de atuação, o projeto de maior fôlego da UNESCO versava sobre o *status* das *Tensões e compreensões internacionais*. Nesse sentido, a organização se encarregou de elaborar um questionário para ser enviado a intelectuais em todo o mundo, especialmente os dos governos membros deste novo espaço de poder transnacional, cujo propósito era “mensurar os elementos úteis que cada sociedade dispunha para desempenhar um papel no plano da mútua compreensão entre os povos” (Furtado, 2018, p. 137).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma organização intergovernamental pertencente ao sistema das Nações Unidas (ONU). É sobretudo a partir de 1945, sob o efeito da intensificação das relações de cooperação internacional, que as organizações intergovernamentais (OIG) passaram por uma notável expansão, tanto global quanto regionalmente. Entre os anos 1945-1975, a Guerra Fria e a afirmação dos países do chamado Terceiro Mundo, resultantes da “descolonização”, exercem efeitos significativos na constituição e orientações das OIG (Maurel, 2005, p. 10-11).

Em síntese, seus órgãos diretivos são: a Conferência Geral, órgão plenário que reúne todos os Estados membros em uma sessão ordinária a cada dois anos para definir a política geral e votar o programa e o orçamento; o conselho consultivo, formado por Estados membros com base em uma distribuição geográfica e cultural equilibrada, reunindo-se semestralmente para examinar determinados documentos fundamentais (resoluções, programa bienal e orçamento) e acompanhar as atividades da organização; o secretariado, que prepara e executa o programa e o orçamento; o diretor-geral, eleito por seis anos pela Conferência Geral mediante apresentação pelo conselho consultivo (*Ibid.*, p. 12).

Como observou Chloé Maurel, a missão da UNESCO de contribuir para a paz por meio da educação, ciência e da cultura, não se aproxima do aspecto concreto e tangível que caracteriza a maioria das outras agências

especializadas do sistema das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Na medida em que sua ação se caracterizou pelo desejo de forjar e promover valores comuns alicerçados na paz, nos direitos humanos e na compreensão internacional, “não é de se admirar que os esforços da UNESCO para promover valores pacíficos comuns experimentou tantas dificuldades e menos êxito do que o esperado” (*Ibid.*, p. 25).

Desse modo, o propósito da UNESCO – promover a paz entre os povos e, por outro lado, promover o advento da felicidade da humanidade – deve ser visto não como um bloco homogêneo, mas sim um mosaico atravessado por concepções diversas, inclusive divergentes. No entanto, “parece ser o trauma da Segunda Guerra Mundial que permitiu, apesar da existência de divisões importantes, o ponto de convergência de energias com vista a um acordo em torno de um programa comum”, calcado nas noções de “solidariedade intelectual e moral da humanidade”, “prosperidade comum da humanidade”, “respeito universal pela justiça, direito, direitos humanos e liberdades fundamentais”, que estão expressos na constituição da UNESCO e se referem aos legados do humanismo e do Iluminismo (*Ibid.*, p. 32).

Apesar das grandes controvérsias que surgiram na conferência de fundação, é o trauma causado pela Segunda Guerra e um desejo comum de fazer frente às atrocidades ali cometidas que permitiram concepções e acordos que levaram à criação concreta da UNESCO. Do mesmo modo, em seu discurso nesta conferência, realizada em novembro de 1945, Léon Blum menciona entre os objetivos centrais da nova organização a de derrotar o nazismo e o fascismo. E o relatório sobre o programa da UNESCO, apresentado pela comissão preparatória e publicado em setembro de 1946, estabelece como ação prioritária a assistência educacional, cultural e científica aos povos que sofreram com a guerra (*Ibid.*, p. 44-45).

O recorte temporal aqui proposto, 1948-1951, se deve ao fato de que este período foi marcado por um acúmulo de prestígio e experiência no que se refere à participação latino-americana no âmbito da UNESCO (Abarzúa Cutroni, 2016, p. 35). Uma das teses centrais da socióloga Anabella Abarzúa Cutroni é a de que a América Latina ocupou uma posição de relativo poder nesta organização membro do sistema das Nações Unidas graças a proatividade de seus diplomatas, especialistas e funcionários, o que

contribuiu para que estes espaços de poder fossem ocupados com um bom grau de eficácia (*Ibid.*, p. 34-35).

A observação e a comparação de itinerários políticos, diz Sirinelli, permitem traçar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais (p. 245-246). O estudo dos itinerários políticos será utilizado aqui como um instrumento de investigação histórica capaz de localizar os “campos magnéticos” que, num determinado período, atraíram os intelectuais (Sirinelli, 2003, p. 247). Isto posto, o comitê de especialistas convocado pela UNESCO será investigado numa dupla dimensão, a saber, como um lugar de “fermentação intelectual” e de “relação afetiva” e, ao mesmo tempo, como um espaço de sociabilidade que se forjou por meio de forças antagônicas de adesão – “pelas amizades que subtendem as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem” – e de exclusão – “pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas” (Sirinelli, 2003, p. 249).

Por sua vez, o questionário se caracterizará como um “sismógrafo” capaz de aferir os embates entre Sérgio Buarque de Holanda e Wilson Martins e, simultaneamente, de que maneira estes intelectuais se inseriram nos debates sobre a noção de democracia no contexto pós-Segunda Guerra. Antes disso, torna-se relevante pontuar as solidariedades de origem, na medida em que constituem muitas vezes a base das “redes” nas quais os intelectuais se inseriram (*Ibid.*, p. 249-250) para, em seguida, verificarmos as possíveis conexões com as formas de interpretar o conceito de democracia.

Em 1942, Sérgio Buarque de Holanda participou da fundação da Associação Brasileira dos Escritores e, em 1945, organizou o I Congresso Brasileiro de Escritores, cujo principal objetivo era regulamentar as atividades intelectuais, como o pagamento de direitos autorais e liberdade de imprensa. Junto com os colegas Mário de Andrade e Antonio Candido, o historiador contribuiu para fornecer uma plataforma política ao movimento, ao posicionar-se contra o Estado Novo varguista. Foi nesse período “que contribuiu com a criação do movimento ‘Esquerda Democrática’² e, pouco depois, do Partido Socialista Brasileiro, em 1947” (Nicodemo, 2014, p. 142-143).

Entre 1936 e 1948, data que marcou as duas edições de seu primeiro

² Sobre a Esquerda Democrática em São Paulo ver HECKER (1998).

livro, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda vivenciou a derrocada dos regimes autoritários, incluindo a ditadura estado-novista, e o desfecho da Segunda Guerra Mundial. O que o levou entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950 a adotar o que Thiago Nicodemo chamou de “aguçamento de uma consciência histórica antifascista”. Ou seja, a revisão de *Raízes do Brasil* pode ser vista como uma espécie de acerto de contas com a experiência histórica do seu próprio tempo (Nicodemo, 2014, p. 151).

Pesquisas mais recentes, como a do historiador André Furtado, demonstram que a segunda versão do livro de estreia de Sérgio Buarque sofreu mudanças significativas, “passando a conferir à democracia brasileira – na República excludente e para poucos – ares mais universalistas, posto que a ela caberia atender aos anseios do povo, para que deixasse de ser aquele mal-entendido que vigorou até o fim da Guerra” (Furtado, 2018, p. 152). Desse modo, os ajustes que o historiador realizou em *Raízes do Brasil* ocorreram concomitantemente às discussões da UNESCO, “dando a perceber, aliás, que o mal-entendido da democracia poderia ser de toda a humanidade”. E para fazer frente aos conflitos bélicos que ameaçam a paz mundial, caberia ao conhecimento histórico o papel de “difundir aspectos que uniam as culturas e as civilizações” (Furtado, 2018, p. 433).

Sérgio Buarque dedicou-se entre os anos 1946 e 1956 à direção do Museu Paulista e ingressou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Nesse período, escreveu uma série de artigos em defesa da institucionalização universitária e da profissionalização acadêmica. Não por coincidência, seus três livros considerados “históricos” vieram à público nas décadas de 1940 e 1950: *Monções* (1945), *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1958) (Nicodemo; Santos; Pereira, 2018, p. 88).

Wilson Martins iniciou sua carreira como crítico literário em 1942. Em 1946, publicou pela editora José Olympio seu primeiro livro, intitulado *Interpretações*. Em 1951, Martins tornou-se professor catedrático de literatura na Universidade Federal do Paraná. A carreira de crítico literário se confirmou apenas em 1952, quando recebeu o título de Doutor em Letras e o prêmio do Departamento de Cultura de São Paulo, que publica seu livro *A crítica literária no Brasil*. A partir de então, foram mais de cinquenta anos dedicados à crítica literária (Oliveira, 2005, p. 215). Foi articulista do jornal O

Estado de S. Paulo e um dos fundadores da União Democrática Nacional³ (UDN) do Mato Grosso do Sul. Além dos trabalhos iniciais no campo da crítica literária, Martins publicou, nos anos 1950, dois trabalhos sobre o tema da democracia: *Conceito de democracia* (1950) e *Introdução à democracia brasileira* (1951). É no segundo livro que Martins desenvolve suas principais teses sobre a democracia no Brasil, “engrossando o coro daqueles que viam problemas em relação à prática democrática de então quando confrontados à escolarização e à cultura clássica”, enfatizando a debilidade “ora das instituições ora mesmo do povo brasileiro” (Oliveira, 2005, p. 216).

A percepção mobilizada por Martins se assemelha às formulações conservadoras de intelectuais como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, ao interpretar e atribuir sentido à democracia brasileira a partir de um duplo mal: de um lado, pela “ausência de raízes desejáveis, que favorecessem o desenvolvimento político democrático”; de outro, pela presença de características culturais daí derivadas, posto que estaríamos “em um estágio anterior ao da correspondência entre instituições políticas adequadas ao desenvolvimento da democracia, povo-cidadão e elites competentes para a superação – das próprias raízes” (Biroli, 2004, p. 93).

Embora seja preciso reconhecer seu caráter polissêmico, nesse contexto dos anos 1940-50, o intelectual tende a um perfil polígrafo, politicamente engajado e que trata seu ofício “como parte de seus interesses particulares e de seu círculo de amigos” (Nicodemo; Santos; Pereira, 2018, p. 69-70). Frente ao avanço dos regimes autoritários, caberia a esse grupo o papel de conscientizar o conjunto da sociedade acerca da importância de valores como liberdade e democracia, “afim de que os modelos políticos baseados no terror e na opressão não mais encontrassem receptividade entre determinados grupos sociais” (Lima, 2010, p. 19). Dito isto, nos interessa avaliar o peso que este acontecimento de ruptura que foi a Segunda Guerra Mundial teve nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Wilson Martins (1921-2010), pois o debate político travado em torno da noção de

³ “A UDN não tem em sua sigla a palavra ‘partido’, porque surgiu, nos primeiros meses de 1945, como um movimento contra Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo, por um lado, e a favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, por outro” (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 259). Entre as características do “udenismo” – entendido aqui como um conjunto de práticas políticas e ideológicas que se estenderam para além do próprio partido – mais visíveis nos escritos de Wilson Martins, destacaríamos a restrição à participação popular na política.

democracia se transformou em uma batalha intelectual que os legitima em sua condição de porta-vozes (Dosse, 2007, p. 66).

A participação de Sérgio Buarque de Holanda no comitê de especialistas da UNESCO

Em *Os problemas da democracia mundial*, publicado no jornal *Diário de Notícias* em 19/06/1949, Sérgio Buarque de Holanda apresentou aos leitores os trabalhos desenvolvidos junto ao comitê de especialistas da UNESCO. De início, o autor salientou que “mais do que em qualquer outra época da história, as divergências políticas do nosso tempo são inseparáveis dos conflitos de ideias” (Costa, 2004, p. 21) e que observando as três primeiras décadas do século XX e, particularmente, os últimos três anos, não se sabe se “aquelas divergências podem tomar vulto, convertendo-se em nova ameaça à paz entre as nações e, no interior das nações, entre as classes e os indivíduos”.

Sérgio Buarque de Holanda fez menção à Conferência de Teerã, que em dezembro de 1943 simbolizou o compromisso entre os estadistas das potências aliadas no sentido do estabelecimento de uma “família mundial das nações democráticas”. Logo depois de assegurada a vitória, Roosevelt, Churchill e Stalin se manifestaram em defesa do “propósito comum de se atingir uma solução, conforme os princípios democráticos, dos problemas políticos e econômicos do mundo de amanhã”.

Mais adiante, Buarque de Holanda enfatizou que embora, em 1945, os fascismos tenham sido derrotados, não se poderia afirmar que isso “tenha ajudado a clarear a atmosfera”. Muito pelo contrário, pois as esperanças de paz pareciam “mais longínquas e inúteis do que nos dias atuais”. Mesmo que a derrota do inimigo tenha sido calcada na unidade entre as forças antifascistas, diz o autor, “o que testemunhamos presentemente é o expandir-se, de modo por vezes assustador, das diferenças radicais que de fato as separavam, mesmo nos anos de guerra” (*Ibid.*, p. 21-22).

Mas quais seriam essas posições antagônicas? Na leitura de Sérgio Buarque, tais posições encontravam-se representadas entre, de um lado, os que defendiam uma confiança excessiva nos princípios defendidos pela revolução norte-americana e pela revolução francesa e de outro, os que “aceitaram sem reservas os postulados do marxismo e o processo de sua

realização prática nas repúblicas soviéticas, ou seja, a ‘democracia’ tomada numa acepção sobretudo político-social”. No entanto, entre uma e outra posição existiam outras camadas, “encarnadas ora nos programas dos partidos confessionalmente socialistas, ora nas experiências propugnadas do próprio setor capitalista e burguês, em prol de uma economia dirigida ou planificada” (*Ibid.*, p. 22).

Face a tais desafios colocados no contexto pós-guerra, Buarque de Holanda defendeu a realização de um “inquérito filosófico” para avaliar as principais divergências que poderiam resultar em conflitos de maior amplitude. Desse modo, o projeto empreendido pela Unesco, no qual o autor tomou parte integrando o comitê de especialistas, para “precisar os conceitos fundamentais de liberdade, de direito e de legalidade, assim como o papel que desempenham tais conceitos nos atuais conflitos” seria de grande relevância, sobretudo “para facilitar uma compreensão recíproca, de grandes consequências, entre os dois mundos que ora se defrontam” (*Idem*).

Tal projeto foi tributário de uma resolução adotada durante a conferência da UNESCO, que se reuniu na Cidade do México em novembro de 1947. O primeiro passo para a sua concretização foi a elaboração de um questionário que versava sobre diferentes tópicos relacionados ao conceito de democracia. Buarque de Holanda traça uma síntese do documento ao público brasileiro e chama atenção para o fato de que se o questionário fosse respondido com atenção e isenção, ajudariam “a colocar melhor um dos mais graves problemas de nossa época”:

“em que medida se pode admitir que o termo ‘democracia’ é ambíguo?”; “cabe dizer que a palavra em apreço é hoje empregada em acepções verdadeiramente novas, comparadas às do século XIX ou às de antes da Guerra Mundial?”; “entre essas diferentes espécies de democracia existem caracteres comuns?”; “é possível admitir-se hoje que a célebre fórmula – ‘governo do povo, pelo povo, para o povo’ – serve para determinar os critérios essenciais da democracia?”; “a palavra ‘democracia’ deve ser usada para exprimir uma noção estreita, noção política, designando os métodos que dirigem a tomada de decisões, ou há de ser empregada para exprimir um conceito largo, conceito político-social, designando não apenas as condições e métodos da tomada de decisões, mas também os seus resultados?”; “uma ‘democracia’, na acepção estreita da palavra, poderia funcionar como tal se nada fosse feito para torná-la ‘democracia’ no sentido lato da palavra?”; “a ‘democracia política’ representaria o melhor meio para se atingir o objetivo da ‘democracia social’?”; “a ‘democracia social’ seria o melhor meio de se alcançar o objetivo da ‘democracia

política?"; "a 'democracia política' seria o meio de se chegar a algum objetivo particular, fosse qual fosse?"; "existe entre esses dois conceitos uma relação de meio e fim?"; "há situações, e em caso afirmativo quais seriam elas, em que a um governo democrático compete reprimir em tempo de paz uma propaganda tendente à mudança de regime?"; "é admissível que um sistema político de partido único seja conciliável com uma forma democrática de governo?"; "qual a natureza (terminológica, de fato, ou normativa) do desacordo entre os teóricos adeptos da prioridade da 'democracia política' considerada como o meio de se realizar a 'democracia social' e aqueles que preconizam a 'democracia social' como o meio de se realizar a 'democracia política'?" (*Ibid.*, p. 23-24).

Segundo Buarque de Holanda, seriam estas algumas das questões constantes do documento que, em fins de 1948, a UNESCO distribuiu a estudiosos do mundo inteiro. Como se vê, a palavra democracia assumiu um papel central nas discussões, "o que não será em realidade para estranhar, quando se considere que ela representa a palavra-chave para o exame dos problemas mundiais do nosso tempo" (*Ibid.*, p. 24). Mesmo que para cada grupo político a noção de democracia tenha um valor igualmente apreciável, o autor acreditava que a pesquisa conduzida pelo órgão poderia contribuir de maneira profícua para elucidar o conceito de democracia, bem como para dirimir as divergências de ordem geral.

No final do artigo, Sérgio Buarque destaca que as respostas dadas ao questionário, perfazendo um total de 83, foram encaminhadas a uma comissão de oito estudiosos convocados para analisá-las e redigir um relatório mencionando as divergências que persistiam tanto na terminologia como nos julgamentos de valor. Por fim, destacou que integrou a comissão que no início de maio de 1949 se reuniu em Paris, sob a presidência do historiador Edward Hallett Carr. Além disso, saudou o esforço e a iniciativa da Unesco "no sentido de uma análise das atuais divergências ideológicas e das soluções para essas divergências" (*Idem*).

Em outro artigo publicado no jornal *Diário de Notícias* em 26/06/1949, intitulado *A democracia e a tradição humanista*, Sérgio Buarque retomou os propósitos que fundamentaram o projeto da Unesco, fornecendo mais detalhes sobre as primeiras reuniões do comitê realizadas, em maio de 1949, no palácio da Avenue Kleber. No debate em torno das diferentes formas de democracia, o autor afirmou que os membros do comitê evitaram expressões tais como democracia formal e real, dada a sua carga pejorativa, e

mesmo a oposição “ocidental” e “oriental” para descrever as chamadas democracias populares do Leste da Europa (Costa, *op. cit.*, p. 31).

Buarque de Holanda fez menção às críticas realizadas pelo escritor Emmanuel Mounier, um dos correspondentes do projeto, a oposição expressa nesses termos, propondo em seu lugar a fórmula “democracia liberal” e “democracia de massas”. O intelectual brasileiro sublinhou que não se recordava se tal alternativa foi debatida nas reuniões da UNESCO. De todo modo, se posicionou contra a designação “democracia de massas”, na medida em que ela tem sido utilizada para classificar, “não apenas o regime soviético, mas ainda os sistemas totalitários fascistas”, o que traria ao debate “uma indistinção perigosa e discutível” (*Ibid.*, p. 32).

E falar em “democracia liberal” ao invés de uma das designações rejeitadas, a saber, a de “democracias ocidentais”, “é atribuir diminuta importância ao fato, sem dúvida significativo, dos sistemas liberais, oriundos da Revolução Americana e da Revolução Francesa, já não serem praticados com rigor ortodoxo em nenhum dos Estados que se filiam historicamente a tais sistemas”. Portanto, como destacou Buarque de Holanda, o que se impõe num debate como esse travado “num espírito de serenidade filosófica” é evitar, na medida do possível, “certas fórmulas ambíguas e que só existem no reino das puras abstrações” (*Idem*).

Na esteira das reflexões de Sérgio Buarque, era preciso investigar a ambiguidade que reside na própria palavra democracia, objeto do inquérito a que se dedicou o historiador brasileiro junto aos demais pesquisadores convocados pela UNESCO. Na própria introdução ao questionário é destacado como desde a época da Revolução Francesa surgiram queixas constantes contra a imprecisão e a falta de rigor com que a palavra era utilizada. Por outro lado, somente após as duas guerras mundiais é que teriam ocorrido “violentos desacordos sobre o sentido e o alcance da sacrossanta palavra” e que “tomaram a amplitude de uma tempestade de indignados protestos” (*Ibid.*, p. 32-33).

Segundo o autor, um exame das 83 respostas dadas ao questionário da UNESCO “revelou que, de modo geral, os correspondentes consideram que a ambiguidade não reside tanto na noção de democracia como na variedade de sua interpretação”. Os membros do comitê advertiram que tal variedade pode estar relacionada a condições históricas, sociais e

psicológicas e que, portanto, sua análise fugiria em geral à alçada dos investigadores envolvidos.

Um dos aspectos mais relevantes para este debate diz respeito a uma das conclusões do comitê durante as reuniões de Paris. Em que pese as diferentes posições democráticas e antifascistas no pós-Segunda Guerra, existiria um ponto comum e de suma importância: todas as formas de democracia “participam de uma tradição comum de humanismo”. Dito de outro modo, tanto as forças políticas de matriz coletivista como aquelas que defendem as instituições liberal-democráticas “buscam igualmente a justiça, a igualdade, a liberdade, a liberação do homem para o amplo desenvolvimento das suas faculdades, o igual acesso aos benefícios da civilização e a livre participação nas funções públicas” (*Ibid.*, p. 34-35). E mesmo que seja preciso reconhecer que nenhum desses princípios seja universalmente respeitado, nenhuma dessas tradições advoga “a doutrina da dignidade superior de uma raça ou a prioridade definitiva do Estado sobre o indivíduo” (*Idem*).

Os embates em torno da definição do conceito de democracia

Martins inicia seu livro *Introdução à democracia brasileira* (1951) afirmando que “em nenhuma época da história da humanidade foram tão agudos como nos dias que correm os conflitos ideológicos” (Martins, 1951, p. 11). De técnicos em política a operários, pensadores e homens de letras, todos “procuram saber que enigmas nos esconde o futuro e, no meio desse emaranhado de significações em que certos conceitos são empregados modernamente, qual o sentido que predominará um dia, quando as nossas angústias atuais estiverem ultrapassadas” (*Idem*). Diante desse cenário, diz Martins, a UNESCO resolveu, no âmbito de sua segunda conferência, consultar professores, intelectuais e sociólogos de diversos países, com o propósito de esclarecer questões atinentes ao presente e ao futuro da democracia em todo o mundo.

Em outra passagem do livro, Martins assevera que foi convidado a participar deste debate por indicação de seu amigo e “mestre” Gilberto

Freyre⁴. Em seguida, o autor pontua que o questionário proposto pela UNESCO poderia ser resumido numa única questão: o que é a democracia? Martins acreditava que todos os outros problemas poderiam ser implicitamente resolvidos se obtivermos para essa pergunta uma resposta satisfatória, que dissipasse “a confusão ideológica e terminológica em que o mundo se encontra” (*Ibid.*, p. 12).

De início, Martins assinala que o termo “democracia” é ambíguo, pois “designa duas coisas de natureza diferente”. Desse modo, quando pronunciamos a palavra “democracia”, “tomamos um pelo outro os dois sentidos dissemelhantes e comumente antagônicos que ela possui: 1) a democracia é uma filosofia de vida; 2) a democracia é um sistema político” (*Ibid.*, p. 13). Para exemplificar de que maneira as duas acepções são tomadas de maneira indistinta, Martins sublinha que é comum “que se exija da democracia, no sentido n.º. 2, o que não compete senão ao seu sentido n.º. 1: os esforços para a implantação da ‘justiça social’”. Por outro lado, “são os princípios da democracia, no sentido n.º. 1, que se pede à democracia, no sentido n.º. 2: por exemplo, que os partidos democráticos sejam virtuosos. Em síntese, “todas as acusações feitas contra a ‘democracia’ (sentido n.º. 1) originam-se das imperfeições da prática democrática, da democracia tomada em seu sentido n.º. 2” (*Ibid.*, p. 14).

A hipótese que Martins lança a respeito de tais confusões dizem respeito ao fato de que a democracia moderna teria como base as reflexões de filósofos como Rousseau e Locke. Por conseguinte, o problema tem sido a insistência “no aspecto por assim dizer *ideal* da democracia, a palavra adquirindo desde o seu aparecimento no mundo moderno o caráter de um termo sagrado (...), em lugar de ser entendida, simplesmente, como um sistema de governo”. Na perspectiva do autor, o contraste entre os dois sentidos aparece com maior clareza quando notamos o significado puramente filosófico da democracia no sentido n.º. 1 e o significado sociológico “da ‘democracia’ no sentido n.º. 2, na medida em que a política é um ramo ou um fruto do conhecimento sociológico” (*Ibid.*, p. 14-15).

⁴ Não sabemos, até o momento, quais laços Wilson Martins efetivamente teceu com Gilberto Freyre, apenas que o livro *Casa-grande e senzala* serviu de inspiração para Martins analisar “os processos de aculturação dos elementos europeus não-portugueses em terras do Sul” (Oliveira, 2005, p. 217) em seu trabalho publicado em 1955, intitulado *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*.

Enquanto a democracia como filosofia de vida não possui outro campo de ação que o filosófico – o que a permitiria estipular como regras necessárias a igualdade política e econômica, a fraternidade e a virtude – a democracia como sistema de governo nada mais poderia aspirar que ser um “estado político no qual a soberania pertence à totalidade dos cidadãos, sem distinção de nascimento, de fortuna ou de capacidade” (*Ibid.*, p. 15).

Martins advoga que na perspectiva tanto de Montesquieu como para os teóricos da Revolução Francesa, “a democracia não é um sistema de governo, mas uma filosofia de vida”, na medida em que defendem a igualdade política e econômica, a fraternidade, a frugalidade e a virtude. Ademais, seria ainda do ponto de vista filosófico, “tendo em vista o homem e não os homens, pensando na humanidade e não no grupo (e a diferença dos critérios filosófico e sociológico aparece aqui claramente), que os ‘democratas’ de outrora falavam de igualdade, ao contrário dos de hoje que não falam senão na igualdade de oportunidades” (*Ibid.*, p. 15-16).

Outra tese central de Martins é de que a acepção filosófica do termo “democracia” abalou fortemente seu sentido sociológico, ou seja, seu sentido político. A partir disso, o autor propõe duas outras distinções, uma vez que como sistema político, a democracia apresentaria duas faces: “a teoria, que estabelece os pontos mínimos sem os quais um regime político não é democrático; a prática, representada pelas ‘democracias’, que, embora conservando suas características teóricas, variam no tempo e no espaço” (*Ibid.*, p. 17).

Na perspectiva de Martins, são três as condições que caracterizam um regime democrático, a saber, a participação do povo no governo, pluripartidarismo e governo eletivo e temporário. A primeira se dá por meio da eleição em sufrágio universal (direto, tanto quanto possível) e com a condição, por parte dos eleitores, da maioria (fixada nas leis civis) e a da instrução ao menos primária (*Ibid.*, p. 17-18). A segunda condição se alicerça na ideia de pluralidade partidária, “que é a forma concreta da liberdade de opinião, fundamento do regime democrático”. A opinião política do povo, afirma Martins, é eficaz quando organizada nos moldes político-partidários. Desse modo, diz o autor, “(...) pode-se dizer que a democracia ou se funda na pluralidade partidária ou não existe” (*Ibid.*, p. 18-19).

Sob a ótica de Wilson Martins, o ponto crucial da controvérsia sobre a democracia moderna residiria no problema concernente ao direito de oposição ao governo constituído, “que se relaciona com o problema mais largo e mais profundo da liberdade”. Dito isto, é inegável que os princípios fundamentais da democracia não poderão ser realizados sem que uma parcela significativa usufrua de sua liberdade individual. Mesmo porque, tanto as liberdades civis como políticas, “serviram durante muito tempo de traço característico da democracia”. Contudo, mesmo concordando que não há liberdade de crítica sem tolerância, o autor pondera que à luz da história recente percebe-se “que em toda parte a democracia foi destruída precisamente por causa da tolerância de que seus inimigos souberam se aproveitar” (*Ibid.*, p. 19).

Partindo da premissa de que a democracia como regime político deve admitir o “livre jogo das opiniões contrárias”, Martins pondera que todas as opiniões devem ganhar espaço nas democracias menos as antidemocráticas, isto é, aquelas que visem a destruição da própria democracia (*Ibid.*, p. 19-20). Reconhece-se, portanto, a necessidade de um limite ao exercício da liberdade. Na leitura do autor, esse “freio” ou limite se daria por meio da definição do sistema democrático. Em outras palavras, o critério da limitação da tolerância democrática seria o de salvaguardar os seus princípios fundamentais: a efetiva participação do povo no governo, o pluripartidarismo e os governos eletivos e temporários (*Ibid.*, p. 21).

Se a democracia deve ser vista como uma forma de governo “contratual”, Martins salienta que não há como responder pela negativa quando uma parcela de uma determinada sociedade defende um sistema de governo não democrático. Ou seja, “não se pode negar a uma das partes o direito de ‘rescindir o contrato’”. O problema aí residiria não no avanço dos fascismos, mas sim “na negligência dos poderes democráticos que não exerceram em tempo ou eficazmente a obra de *educação popular* sem a qual jamais existirá democracia” (*Ibid.*, p. 21-22).

No tópico sobre a prática democrática, Martins defende a ideia de que a democracia é uma forma, ou antes, uma fôrma, “em que se vêm ajustar os governos democráticos com suas condições particulares, com as deformações ou ajustamentos impostos pelas circunstâncias próprias a cada povo e a cada nação” (*Ibid.*, p. 24). Nesse sentido, o autor afirma que não

existe uma “democracia” em geral, mas sim uma longa série de “democracias”, variando em suas condições históricas, sociais e psicológicas. A seu ver, torna-se um abuso injustificável o alargamento dessa noção ao denominar uma “democracia burguesa”, uma “democracia proletária” ou “popular”, ou ainda uma “democracia soviética”. Levando em conta os dois primeiros casos, pois “a burguesia e o proletariado fazem parte, necessariamente, da mesma nação e conservam, por consequência, seus caracteres gerais”. No último, por conta não de seu “alargamento”, mas sim do seu estreitamento: “faz-se da democracia não mais o reflexo de um povo, mas dum partido” (*Ibid.*, p. 24-25).

As diversas democracias nacionais, mesmo que não possuam semelhanças, “conservam, no entanto, certos caracteres comuns, que são os da definição democrática do ponto de vista doutrinário”. No limite, “se um estado mantém governos eletivos e temporários, garante o pluripartidarismo e a efetiva participação do povo no governo, é democrático, quaisquer que sejam as diferenças que o distingam de outros estados democráticos” (*Ibid.*, p. 25).

Dialogando com a expressão de Abraham Lincoln, que foi durante muito tempo uma espécie de definição clássica da democracia moderna, Martins salienta que ela traduz apenas duas proposições essenciais ao regime democrático. E se as distinções que o crítico literário procurou estabelecer em seu ensaio forem válidas, a democracia, em seu sentido exclusivamente político, é um governo *do* povo e *pelo* povo, “mas não possui o privilégio de ser um governo *para* o povo, se a preposição *para* indicar o valor de decisões tomadas para o bem-estar geral da coletividade” (*Ibid.*, p. 27). Tais decisões não seriam de caráter político, mas sim de natureza administrativa.

Outra tese levantada por Martins é a de que a democracia social não é um dado necessário na definição política da democracia. Quando nos referimos a essa palavra como “forma de governo”, “deve ser entendida em sua conceituação *estreita*, como o quer o questionário da UNESCO, que eu chamaria, antes, de conceituação *política*, para designar os métodos que presidem à tomada de decisões” (*Ibid.*, p. 27-28). Em outras palavras, os meios de obter resultados práticos que beneficiem a coletividade não constitui um problema central dos estados *democráticos*, “mas um

problema de todos os estados, desde que se referem a questões técnicas cuja solução está igualmente no programa de todos eles”.

Não haveria entre os dois conceitos de “democracia social” e “democracia política” nenhuma relação de causa e efeito “o que significa que, em princípio, uma democracia, no sentido restrito da palavra, pode funcionar como tal mesmo que nada seja feito para torná-la ‘democrática’ no sentido largo da palavra” (*Ibid.*, p. 28). Todavia, diz Martins, o bom funcionamento das instituições democráticas dependerá da resolução dos problemas técnicos e morais propostos pelas exigências do bem-estar coletivo. Nesse cenário, as democracias teriam melhores possibilidades de se consolidar, sobretudo quanto mais a democracia, no sentido nº. 2, se aproximar do sentido nº. 1 (*Ibid.*, p. 29).

Em artigo publicado em 16 de setembro de 1951 no jornal *Diário Carioca*, Sérgio Buarque escreveu uma crônica-resenha do livro *Introdução à democracia brasileira*, lançado no mesmo ano pelo crítico literário Wilson Martins. O historiador lamentou que apenas um único autor brasileiro tenha enviado sua contribuição para subsidiar os debates do comitê internacional, com exceção entre os latino-americanos de Francisco Romero (filósofo argentino) e Sílvio Zavala (historiador mexicano). Mesmo que tenha elogiado a iniciativa, Buarque de Holanda criticou o fato de Martins não ter encarado um dos problemas centrais que mobilizou a atenção da maioria dos especialistas consultados, qual seja, aquele que se refere às relações entre a democracia de “forma”, conceito exclusivamente político, e democracia “real”, conceito social e político *lato sensu* (Costa, *op. cit.*, p. 26).

Ao ignorar essa espécie de condicionamento da democracia estritamente política, Wilson Martins teria sido levado em seu ensaio, “a pôr de parte todos os aspectos que considera puramente técnicos e mais administrativos do que políticos”. Ademais, ao discutir a famosa declaração de Abraham Lincoln – “governo do povo, pelo povo, para o povo”, Martins teria enfatizado apenas duas proposições essenciais ao regime democrático (um governo do povo, pelo povo). Contestando tal premissa, Buarque de Holanda questionou: “Ora, a preposição *para* não é essencial apenas à noção de democracia; em verdade nenhum governo digno desse nome pode existir ou subsistir sem que inclua entre suas atribuições *essenciais* a de promover o bem público” (*Ibid.*, p. 27).

Contudo, salta aos olhos que o colaborador brasileiro tenha reconhecido na página 27 de seu livro, que “todos os sistemas de governo existem para o povo”. Em resumo, o equívoco de Martins residiria no fato de ter vinculado fortemente a ideia do governo para o povo “às teorias modernas de planificação econômica ou, ainda mais, às apologias do Estado onipotente”, não conseguindo desatá-las no decorrer de sua argumentação. Finalmente, Buarque de Holanda fez um alerta: “Os governos feitos apenas para o povo, erigidos em juízos exclusivamente – se assim se pode dizer – à custa de mecanismos de propaganda tão poderosos que abafam toda voz contrastante e, ao cabo, só deixam ouvir a ressonância de sua mesma linguagem”. Wilson Martins acabava, segundo Sérgio Buarque de Holanda, por incorrer no mesmo modelo dos regimes totalitários vigentes que atacava (Furtado, *op. cit.*, p. 140).

A ambiguidade do conceito de democracia e suas implicações nas disputas políticas do pós-guerra

Os resultados do trabalho do comitê internacional foram divulgados no ano de 1951. Richard McKeon, relator do comitê e professor de Filosofia da Universidade de Chicago, assinalou que o projeto de investigação de conflitos sobre conceitos fundamentais fez parte do programa da UNESCO e foi adotado na segunda sessão da Conferência Geral realizada na cidade do México em 1947. Conforme destacamos anteriormente, o estudo do conceito de democracia foi iniciado no ano seguinte.

No prefácio ao documento intitulado *Democracy In World Of Tensions*,⁵ fruto de um simpósio organizado pela UNESCO e cujos trabalhos foram publicados em 1951, McKeon afirmou que tal projeto não foi concebido como uma pesquisa científica da natureza da democracia nem como uma pesquisa de opinião sobre diferenças nas concepções de democracia, mas sim um esforço “para descobrir as tradições de pensamento e os pressupostos básicos da teoria que influenciam as discussões e negociações nas quais a democracia está envolvida”. E a experiência adquirida no estudo dos direitos humanos indicava a “necessidade de desenvolver técnicas para esta investigação das operações e usos práticos das ideias no que tange

⁵ Democracy In World Of Tensions. A Symposium prepared by UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133513>. Acesso em: 07/10/2022.

tanto à verdade das ideias quanto à sua influência nas atitudes e ações”. Por outro lado, o relator do comitê fez uma ressalva importante: as ideias básicas afetam o que é aceito como verdadeiro. Melhor dizendo, grupos que partem de convicções diferentes chegarão a conclusões diferentes sobre a natureza objetiva dos direitos humanos, da democracia, do direito, etc. (McKeon, 1951, p. 7).

O primeiro passo na preparação da pesquisa foi uma compilação de textos fundamentais em que a noção de democracia tem sido abordada, seja em reflexões teóricas como em contextos práticos antigos e modernos, e que estão presentes neste documento no anexo IV. A partir desta revisão da literatura sobre democracia e após consulta a especialistas dos vários Estados-membros que contribuíram com sugestões para inclusão nos textos básicos, foi elaborado um questionário, reproduzido no anexo I.

Este questionário, como informou McKeon, foi enviado a mais de quinhentos especialistas nas áreas de Filosofia, Direito, História, Ciência Política, Sociologia, Economia, Análise de Comunicações e Lógica. Cerca de vinte e cinco por cento dos consultados responderam a todo o questionário ou a algumas partes dele; uma proporção maior enviou correspondências aos membros do comitê. Os resultados da investigação foram examinados em maio de 1949, por um comitê de *experts* composto pelo professores Edward Hallett Carr, presidente; Chaim Perelman, vice-presidente; Richard McKeon, relator; Sérgio Buarque de Holanda, Pierre Ricouer e Alf Ross. A comissão preparou uma declaração sobre os problemas apresentados pelas ambiguidades e confusões sobre a noção de democracia (ver anexo II). Já o relatório e as recomendações do comitê sobre o material reunido na pesquisa estão reproduzidos no anexo III (*Ibid.*, p. 7-8).

O questionário inicia com o problema da ambiguidade do conceito de democracia e termina com o problema dos valores fundamentais. A comissão de especialistas fez um breve comentário, chamando atenção para o fato de que, apesar de todas as diferenças de interpretação, nenhuma das respostas ao questionário defende doutrinas antidemocráticas. Embora seja preciso reconhecer que a ambiguidade remonta a fins do século XVIII, “o comitê ressalta que a unanimidade em favorecer e professar a democracia é nova” (*Ibid.*, p. 8-9).

Neste contexto, o consenso sobre os ideais da democracia, por mais vago ou mesmo inconsistentemente formulado, “é um avanço positivo e possivelmente até represente um primeiro passo para a resolução de diferenças fundamentais que podem facilmente endurecer em oposições insolúveis por outros meios que não a violência”. Tais acordos mínimos seriam, nas palavras de McKeon, também indícios de uma convicção compartilhada de que o governo do povo é o meio – e o bem do povo o fim (*Ibid.*, p. 9).

Os ensaios publicados pela UNESCO são uma seleção de materiais coletados em resposta ao questionário sobre a democracia. Alguns critérios nortearam a seleção, a saber: declarações claras acerca dos problemas da democracia; inclusão de todos matizes de diferenças doutrinárias; representar tantas nações, culturas e regiões do mundo quanto possível. No final, foram selecionados trinta e três ensaios escritos por autores de quatorze nações diferentes. O índice de tópicos está organizado de acordo com as trinta perguntas do questionário e fornece fácil referência às posições tomadas pelos autores sobre as diversas perguntas (*Ibid.*, p. 10). O imenso trabalho de dar forma e conteúdo à pesquisa, como por exemplo, elaborar o questionário, conduzir uma correspondência com estudiosos e especialistas e reunir e analisar as respostas, foi realizado pelo professor Arne Naess, então licenciado da Universidade de Oslo para dirigir o projeto (*Ibid.*, p. 10-11).

No anexo I, referente ao questionário sobre conflitos em torno da democracia, Arne Naess pontua que as divergências no uso e na interpretação da palavra democracia possuem vastas implicações, não sendo apenas uma questão de terminologia. Tais desacordos teriam como pano de fundo contrastes de desenvolvimento histórico, de condições sociais, de padrões políticos, de estruturação ideológica, de formação de opinião pública, de educação. Ademais, estariam profundamente vinculados ao imenso conjunto de problemas advindos do impacto da tecnologia e da civilização industrial na vida dos povos do mundo. Em linhas gerais, seria parte do problema geral da integração mundial sob condições nunca antes experimentadas na história da humanidade e não apenas um problema conceitual e filosófico ou de base normativa das relações entre o indivíduo e o Estado, mas sim um problema de guerra ou de paz (*Ibid.*, p. 513-514).

Para Arne Naess, mesmo que uma multiplicidade de artigos, panfletos e livros publicados nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial tenham se dedicado ao problema, uma discussão mais ampla acerca das divergências experimentadas nas aplicações concretas dos princípios democráticos ainda não teria sido contemplada numa perspectiva transnacional, “no quadro geral dos esforços organizados para o entendimento internacional”. De modo que o objetivo central da pesquisa era preencher essa lacuna, organizando debates filosoficamente distanciados entre nações e entre campos políticos opostos, buscando elucidar, por meio de trocas de pontos de vista, as divergências de uso e interpretação, analisar os fundamentos normativos dessas divergências e buscar potenciais fontes de reconciliação.

Na elaboração das questões e partindo da premissa que a UNESCO opera como um fórum internacional e não como árbitro, três princípios orientaram o desenvolvimento do projeto: 1-) a UNESCO não pode manifestar preferência por qualquer conjunto de opiniões controversas mantidas por grupos representativos em qualquer estado membro, mas pode convidar tais grupos a assumir e cooperar em investigações sob seus auspícios; 2-) o presente convite baseia-se na suposição de que todas as possibilidades de reconciliação devem ser discutidas de maneira imparcial; 3-) a investigação é concebida como uma análise filosófica na medida em que pretende centrar-se no esclarecimento de conceitos e na formulação de juízos de valor básicos. De acordo com Arne Naess, os especialistas foram convidados a manter esses princípios ao considerar os problemas desta investigação. A expectativa era que os correspondentes formulassem seus pontos de vista e seus julgamentos sem abandonar os padrões de precisão e objetividade, fomentados em seus próprios campos de pesquisa (*Ibid.*, p. 514-515).

No anexo II do relatório *Democracy In World Of Tensions*, os membros do comitê emitiram uma declaração apontando as causas da ambiguidade e das controvérsias no uso atual do termo democracia, bem como suas implicações nas disputas políticas recentes. De início, os especialistas chamaram atenção para o fato de que durante o período entre as duas guerras mundiais o uso da propaganda para estimular e promover a ação social e política assumiu um papel crucial. Desse modo, as transformações nos meios de comunicação de massa acarretaram em amplas discussões que

teriam de ser consideradas tanto no âmbito dos Estados nacionais como nas negociações internacionais.

Na avaliação do comitê, as polêmicas entre as nações e as críticas de distintas correntes políticas estariam assumindo uma clareza de tom “mais apropriada às hostilidades da guerra do que às negociações de paz”. Neste sentido, o encontro de especialistas de vários países para discutir as bases dos conflitos ideológicos que cercam o termo seria “apenas um dos inúmeros indícios tanto da necessidade amplamente sentida de estudar a natureza da linguagem e também do novo interesse em reexaminar os compromissos e instrumentos da democracia” (*Ibid.*, p. 522). A expectativa era de contribuir de maneira significativa para a solução de problemas práticos a partir da análise de conflitos ideológicos.

Apesar da violência ser uma das características marcantes da primeira metade do século XX, os especialistas vislumbram indícios abundantes de acordos fundamentais no âmbito das ideias sociais e políticas de distintos grupos que participaram da enquete organizada pela UNESCO. Pela primeira vez na história, dizem os membros do comitê, nenhuma doutrina é assumidamente antidemocrática. Tal aceitação da democracia como a forma mais elevada de organização política ou social “é o sinal de um acordo básico nos objetivos finais das instituições sociais e políticas modernas – um acordo de que a participação popular e os interesses do povo são elementos essenciais para o bom governo e nas relações sociais que tornam possíveis um bom governo” (*Ibid.*, p. 522-523). No item 2 da declaração está a contribuição de Buarque de Holanda, pois lê-se que “mesmo as formas de democracia mais contrastantes compartilham uma tradição comum de humanismo”. Este seria o caso das várias formas de coletivismo e das formas de instituições democráticas liberais que se inspiraram na tradição cristã e no legado das revoluções americana e francesa.

Contudo, os acordos básicos seriam permeados por uma grande complexidade de divergências, sobretudo se observarmos as diferenças na interpretação de conceitos como democracia, liberdade e justiça. Havia neste ponto, acusações de ação e atitude antidemocráticas, mas não uma defesa de instituições antidemocráticas. Reverberando os embates da Guerra Fria, os especialistas salientaram que ambos os lados na crescente disputa política “encontram boas razões para suspeitar de má-fé cínica e deturpação

nas declarações e ações de outros” (*Idem*). De todo modo, “ambos os lados professam boas razões para acreditar que as condições essenciais para a democracia em um sentido são incompatíveis com a democracia no outro” (*Idem*).

Contribuindo com o debate em apreço, o historiador Mark Mazower sublinhou que a reinvenção da democracia na Europa do pós-guerra deixou de ser um projeto definido contra a ameaça do fascismo, tornando-se uma arena para a competição da Guerra Fria. Em 1950, os vencedores no Ocidente eram os anticomunistas democratas cristãos e sociais, já no Leste, as democracias populares comunistas. E cada lado via o outro como sucessor de Hitler e a si mesmo como seu verdadeiro adversário (Mazower, *op. cit.*, p. 251).

Na leitura dos membros do comitê, as rivalidades de poder no pós-guerra tendiam a aguçar o conflito ideológico em duas posições opostas e assim ocultar a grande variedade de teorias, movimentos sociais e partidos políticos, incluindo os numerosos movimentos radicais e socialistas e os numerosos movimentos liberais e conservadores. Esmiuçar, preservar e compreender essa variedade poderia contribuir, acreditavam os *experts*, para a resolução de rivalidades. Do contrário, reduziria a discussão das questões à oposição entre duas visões de mundo.

Outro aspecto relevante para este debate, notadamente na análise das origens das controvérsias ideológicas, é a constatação de que a palavra democracia tem sido utilizada tanto no sentido político quanto no social e econômico. Para os membros do comitê, a discussão e o esclarecimento de ideias tornar-se-iam instrumentos importantes para promover a cooperação e a ação comum. Apontar os riscos de tais oposições, sem menosprezar as graves diferenças no campo das ideias e da ação prática, poderia servir para esclarecer ideias e abrir a possibilidade de ação comum (McKeon, *op. cit.*, p. 523-524).

Outra posição assertiva dos especialistas se refere a natureza dos conflitos ideológicos, “calculados para tornar as posições opostas incompatíveis ou incomensuráveis”. Uma das formas para que isso ocorra é “tratar a afirmação do ideal como descrição do fato e apresentar relatos de situações reais como se fossem o ideal pretendido”. Exemplos: democratas, da vertente comunista, apresentarão violações das liberdades civis e as

desigualdades socioeconômicas como antagônicas ao ideal de democracia social; democratas, de matriz liberal, apresentarão as restrições e controles de opinião, bem como as desigualdades e problemas econômicos e sociais como contrastantes com o ideário da democracia liberal. Ou seja, para o comunista, a tolerância de opiniões divergentes e hostis à democracia seria um sinal de fraqueza ou um risco para a ascensão dos fascismos. Já para o liberal, a supressão de opiniões é a marca do totalitarismo e, portanto, dos fascismos. No limite, a compreensão é impossível a menos que fatos alegados sejam tratados como fatos e contrastados com fatos, e a menos que ideias e teorias sejam tratadas como aspirações e contrastadas com outras expressões de propósito e intenção.

Outra constatação digna de nota da declaração do comitê de especialistas se refere ao fato de que os conflitos ideológicos refletem muito mais do que apenas diferenças de uso verbal e/ou de terminologia. Melhor dizendo, tais conflitos afetariam a afirmação do fato, a interpretação de intenções e motivos e a própria afirmação do ideal, tendo em vista que “o acordo sobre justiça, liberdade e igualdade perde o sentido se diferentes significados são atribuídos a esses termos e meios conflitantes são recomendados para alcançá-los” (*Ibid.*, p. 524).

Em conflitos de natureza política e ideológica, palavras, fatos, intenções e teorias estão envolvidas em incertezas e confusões. Os propósitos comuns, dizem os especialistas, só podem ser alcançados se houver um entendimento a respeito de quais problemas são apresentados num determinado contexto e, por conseguinte, quais soluções são desejáveis (*Idem*). Embora esclarecer as raízes dos conflitos atuais e a resolução de algumas das ambiguidades do debate sobre a noção de democracia seja louvável, “não são suficientes para garantir a paz” (*Ibid.*, 524-525). A expectativa dos *experts* era contribuir para elucidar os problemas reais e permitir a concentração de esforços em questões práticas e ações comuns possíveis, pois quando a compreensão está ausente, “a incerteza e o medo aumentam as tensões produzidas” (*Idem*).

Devido ao conflito não se resumir a duas visões fixas e extremas, como tendem a ser os conflitos políticos, esperava-se que lançando um apelo à opinião pública mundial por meio da UNESCO fosse possível ao menos esclarecer as diferenças e tensões que marcavam o pós-guerra. O propósito

era também conhecer de maneira mais aprofundada as diferentes visões de mundo “para evitar o conflito que ameaça reduzir-se a uma oposição entre duas ideologias”. Cabe observar que entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, uma preocupação comum a liberais e militantes de esquerda era o predomínio do anticomunismo da Guerra Fria e o desencanto popular cada vez mais acentuado com a política, elementos que conferiram um caráter muito conservador à democratização do Ocidente (Mazower, *op. cit.*, p. 286).

Na perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, Edward Hallett Carr, Richard McKeon, Chaim Perelman, Pierre Ricouer e Alf Ross, a resolução de tais conflitos dependerá do livre intercâmbio de informações, de materiais culturais e de pessoas, uma vez que “os povos do mundo não podem se entender em todas as diversidades de suas vidas culturais, sociais e políticas ou em todas as variedades de suas necessidades e aspirações, sem um contato mais livre e pleno entre si” (McKeon, *op. cit.*, p. 525).

Já no anexo III do relatório, a comissão de especialistas emitiu um parecer sobre as respostas dadas ao questionário sobre os significados diversos atribuídos ao conceito de democracia e elaborou uma síntese das contribuições para este inquérito. A discussão da comissão centrou-se nas linhas gerais das relações entre as posições assumidas nas respostas e nos significados das oposições e acordos em sua influência sobre o cenário político e os problemas sociais daquele contexto. O relatório da comissão está dividido em duas partes: um levantamento de problemas e de posições fundamentais nos quais o uso e a interpretação da democracia estão envolvidos; e em sugestões sobre as formas pelas quais a investigação poderia ser levada adiante e em que medida os materiais reunidos poderiam ser utilizados para promover a compreensão e a paz mundial.

No que diz respeito aos problemas apresentados na oposição das concepções de democracia e levando em conta as respostas às primeiras sete perguntas do questionário, relativas à ambiguidade e aos usos da palavra “democracia”, o comitê encontrou um acordo geral em alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, a ideia de democracia era considerada ambígua e mesmo aqueles que a julgavam ser passível de clareza “foram obrigados a admitir uma certa ambiguidade quer nas instituições ou nos dispositivos empregados para efetivar a ideia, seja nas circunstâncias culturais ou históricas pelo qual a palavra, a ideia e a prática

são condicionadas”. Finalmente, o comitê mostrou-se surpreso com o fato de que não houve respostas adversas à democracia. O que indicaria a possibilidade de “pela primeira vez na história”, a democracia ter sido reivindicada “como a descrição ideal apropriada de todos os sistemas de organização política e social defendidos por proponentes influentes” (*Ibid.*, 526-527).

Aos olhos do comitê, o acordo sobre estes pontos indicaria pontos relevantes, tais como: que os interesses e a participação popular são proeminentes em todas as declarações; que as ambiguidades surgem de concepções conflitantes sobre quais interesses podem ser alcançados pela participação do povo e qual participação é praticável; que o uso e abuso do termo é concebido como um modo de argumentação para apoiar ou até mesmo depreciar determinadas formas de democracia. As respostas às questões 8-21, acerca da democracia social *versus* democracia política, ilustram a complexidade das confusões – especialmente as de natureza terminológica, factuais e teóricas – envolvidas nas discussões sobre a relação dos elementos sociais e políticos da democracia. Em resumo, há concordância de que a participação do povo é parte essencial da definição de democracia, porém há diferenças marcantes quanto à forma de participação. Na opinião do comitê, “o aspecto mais importante da questão da democracia política e social em sua forma atual é a questão da aplicação dos procedimentos políticos da democracia ao planejamento social e econômico em larga escala” (*Ibid.*, p. 527-528).

Já na parte final, no âmbito das recomendações relativas aos desenvolvimentos futuros do projeto, o comitê recomendou a elaboração de um material semelhante ao volume sobre Direitos Humanos publicado pela UNESCO. O volume deveria conter o questionário, uma seleção das respostas mais importantes e recorrentes, o relatório da comissão de especialistas, da qual Buarque de Holanda fez parte, e uma análise das respostas a serem elaboradas pela Secretaria.

O comitê recomendou ainda a elaboração de um panfleto, inspirado na série sobre Direitos Humanos, contendo uma declaração acessível dos resultados do inquérito, juntamente com a declaração do comitê de especialistas. O comitê recomendou também que as comissões nacionais dos Estados membros sejam chamadas a considerar os meios pelos quais os

materiais produzidos poderiam ser usados em vários níveis dos sistemas educacionais, como por exemplo, nos cursos gerais de Estudos Sociais das Faculdades e nos anos de Filosofia nos Liceus, bem como no nível de estudos de pós-graduação para seminários de Filosofia, Ciências Políticas e Relações Internacionais, “e de outras formas adequadas a diferentes estruturas educativas”.

O comitê considerou ainda a relevância de estabelecer um tema centralizador para apresentar seus trabalhos durante o ano de 1949-50 com o título “Democracia – esperança mundial”. Para compartilhar os resultados dos trabalhos, o comitê propôs a publicação de panfletos e de uma revista trimestral que pudesse socializar declarações de especialistas, notícias de avanços democráticos, os principais conflitos que ainda a colocam em risco a paz mundial e os efeitos das mudanças históricas e sociais na forma como os problemas da democracia devem ser enfrentados na atualidade.

Outro caminho para publicizar os resultados da investigação seria o de lançamentos semanais em programas de rádio. Tal veículo de comunicação poderia “assumir a forma de expor os importantes desenvolvimentos históricos desde a formação das constituições democráticas do século XVIII, que agora trouxeram desenvolvimentos econômicos e sociais para as instituições políticas e introduziram novas dimensões para as realizações da democracia”. A ideia “Democracia – esperança mundial” deveria ser concebida e apresentada ao público mundial como um passo para o estabelecimento das relações democráticas essenciais para a paz mundial. Na perspectiva do comitê, “esse uso do tema teria o duplo efeito de tornar o programa da UNESCO mais facilmente compreensível para a maioria das pessoas, apresentando-lhes uma ideia unificadora e também a vantagem de enfatizar as inter-relações no desenvolvimento real e concreto do programa” (*Ibid.*, p. 530).

Considerações Finais

O trauma causado pela Segunda Guerra Mundial tornou-se um dos principais fatores de harmonização que acabaram se combinando para formar a base conceitual inicial da UNESCO. A experiência da guerra contribuiu também para criar um forte sentimento de devoção aos ideais de

paz entre o seu corpo de diplomatas, especialistas e funcionários. Entretanto, esta fusão harmoniosa de concepções diversas foi, como se sabe, de curta duração, pois desde os primeiros anos de funcionamento as diferenças foram sendo tecidas cotidianamente (Maurel, 2005, p. 47).

Embora a UNESCO tenha sido atravessada por conflitos políticos desde a sua fundação, é preciso reconhecer que “a timidez da organização nesta área forçou-a muitas vezes a se limitar a temas consensuais” (*Ibid.*, p. 171). Este foi o caso durante a década de 1950, período em que as tensões foram particularmente agudas, o que fez com que vários funcionários vaticinassem que a organização estaria condenada a permanecer na superficialidade e na comodidade, como uma espécie de “testemunha silenciosa”. Uma pergunta que permanece em aberto é se a UNESCO foi enfraquecida em seu funcionamento e programas ou se, pelo contrário, conseguiu desempenhar o seu papel, que consistiu basicamente em contribuir para o apaziguamento das tensões e divisões políticas que marcaram o mundo do pós-Segunda Guerra (*Ibid.*, p. 172).

Para o escritor e crítico literário Raymond Williams, o fato histórico mais surpreendente nas discussões sobre os significados de democracia se refere ao fato de que a palavra era até o século XIX um termo fortemente desfavorável, e somente entre o final daquele século e o início do XX é que a maioria dos partidos e correntes políticas “se uniram na declaração de fé na democracia” (Williams, 2003, p. 94-95). Até meados do século XIX, diz Williams, a democracia era ainda um termo revolucionário ou pelo menos radical e o desenvolvimento da democracia representativa teria sido, pelo menos em parte, uma reação a esta situação, notadamente por razões práticas, visando seu alcance e continuidade (*Ibid.*, p. 96).

A partir deste ponto da discussão, o escritor galês ressalta que é possível verificar a divergência de dois significados opostos de democracia: o primeiro, oriundo da tradição socialista, em que o termo adquire o significado de *poder popular*, isto é, “um Estado em que os interesses da maioria do povo eram preponderantes e onde essa maioria os exercia e controlava na prática”; e o segundo, fruto da tradição liberal, em que a palavra democracia “significava a eleição livre de representantes e certas condições (direitos democráticos, como a liberdade de expressão) que mantinham a liberdade de eleição e discussão política”. Em suas formas

extremas, estas duas concepções modernas de democracia se enfrentam como inimigas, onde normalmente, “cada posição se descreve como ‘o único significado verdadeiro’ e o uso alternativo se considera propaganda ou hipocrisia” (*Ibid.*, p. 97).

Raymond Williams menciona em seu livro *Palabras clave* que a investigação sobre os significados atribuídos à noção de democracia patrocinada pela UNESCO e que se afirmava universal e comparativa se deparou com toda sorte de dificuldades, entre as quais a possibilidade de delimitar seus sentidos básicos a partir da análise de suas variações, pois para além dos significados opostos das tradições socialistas e liberais, seria preciso acrescentar que a partir do século XX ocorreram inúmeras distorções, quais sejam: “a redução dos conceitos de escolha, representação e mandato a formalidades deliberadas ou meras formas manipuladas; a degradação do conceito de poder popular ou governo em favor de interesses populares a slogans que encobrem o império de uma burocracia ou de uma oligarquia” (*Ibid.*, p. 98).

Os embates entre Sérgio Buarque de Holanda e Wilson Martins compõem, em boa medida, aspectos relevantes para a compreensão das diferentes tradições do pensamento político, especialmente se observarmos os limites apontados pelos autores às práticas políticas democráticas. Se para o segundo a democracia plena só seria alcançada pela superação da incapacidade e ignorância do povo para o exercício da prática político-eleitoral, para o primeiro seria necessário uma revolução vertical que implicasse a participação das camadas populares. Do contrário, comprometeria as esperanças de qualquer transformação social profunda e, ao mesmo tempo, faria com que os lemas da democracia liberal se tornassem “conceitos puramente ornamentais ou declamatórios, sem raízes fundas na realidade” (Holanda, 2014, p. 218).

Referências

ABARZÚA CUTRONI, A. Los interstícios de poder de América Latina en la UNESCO (1945-1984). **Horizontes Sociológicos**, Buenos Aires, n. 8, p. 34-53, 2016.

BIROLI, F. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do *Correio da Manhã* e de *O Estado de São Paulo*. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 87-99, 2004.

CASANOVA RUÍZ, J. Europa en guerra: 1914-1945. **Ayer**, Madrid, n. 55, p. 107-126, 2004.

COSTA, M. (Org.). **Para uma nova história**: textos de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DOSSE, F. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. Trad. Rafael F. Tomás. Valência: Universitat de València, 2007.

FURTADO, A. **Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado**. Doutorado, UFF, Niterói, Brasil, 2018.

GOMES, A. de C.; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

HECKER, A. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1985). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 27^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LIMA, F. V. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores**: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). Mestrado, USP, São Paulo, Brasil, 2010.

MAUREL, C. **L'UNESCO de 1945 a 1974**. Doutorado, Pantheón-Sorbonne, Paris, França, 2005.

MAZOWER, M. **O continente das trevas**: a Europa no século XX. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2018.

McKEON, R. (Ed.) **Democracy in a world of tensions. A symposium prepared by UNESCO**. Paris: UNESCO, 1951.

MARTINS, W. **Introdução à democracia brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1951.

MARTINS, W. A crise da democracia. **O Estado de S. Paulo**, 18 de agosto de 1955, p. 8.

OLIVEIRA, M. de. O “Brasil diferente” de Wilson Martins. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, 2005.

NICODEMO, T.; SANTOS, P. A. C.; PEREIRA, M. H. de F. (Org.). **Uma introdução à história da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

NICODEMO, T. L. Sérgio Buarque de Holanda. In: SECCO, L.; PERICÁS, L. B. (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 141-156.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Dir.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.
WILLIAMS, R. **Palabras clave**. Un vocabulario de la cultura y la sociedade. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.